

Tribuna do Leitor

Pedágio rodoviário

O projeto de lei que isenta a cobrança de pedágio da meia noite às 6 horas nas estradas estaduais, de autoria da deputada estadual Mariângela Duarte, deve estar encaminhado tanto aos concessionários, que agora até já querem com o dinheiro arrecadado do pedágio, destinar parte para o custeio de atendimentos de saúde aos acidentados.

Nota dez para a iniciativa. No entanto devemos ficar atentos a dois pontos: primeiro é que os pedágios arrecadados tanto que até subtra para cogitar destinar à saúde, segundo vale lembrar que a CPMF foi criada para destinar verbas à saúde e, até hoje, os milhões arrecadados foram desviados para outros setores, menos à saúde. O passado e o presente nos ensinam que a intenção fica só na intenção, apesar de se alardear a benesse e esta nunca acontece.

Tomara que não seja mais uma jogada do Governo para ganhar adeptos a cobrança de pedágio, tentando desvirtuar a proposta original do PL dos pedágios: cobrar pedágio, mas isentar no período ocioso, das zero às 6 horas.

— Amauri Domingos (Marzo)

Podas atroz

Concordando plenamente com o artigo do sr. Roberto da Graça Lopes (30/4), também me senti apunhalado, mais uma vez, com o desrespeito ao nosso ambiente.

Devemos lembrar que Santos também é uma amostra de uma pais mais belas cidades de nosso País. Preservar e cuidar de todas as ruas e avenidas (não entendam por magros e obedientes coqueiros enfileirados) depende de nós.

Só gostaria de caminhar pelas sombras da Cidade e não ter que me preocupar com os buracos nas calçadas da praia ou sujeira de animais. Será que um dia chegamos lá?

Por falar nisso, alguém ainda se lembra de nossas cigarras que faziam aquela festa em determinada época do ano, quando nos acordavam naqueles ensolarados dias de domingo?

— Lillian Livramento B. Sealy

FGTS: descaço

Todos que têm direito a correção do FGTS, de R\$ 90 a 30, que foram depositados nos bancos privados, estão abandonados porque esses bancos ainda não enviaram, para a Caixa Econômica Federal, os informes dos saldos, não havendo, também, até esta data, divulgação pela imprensa, com a finalidade de cobrar do Governo fatos tão relevantes, principalmente para os portuários e demais trabalhadores.

É irônico. Se a Caixa Federal passou a ser o órgão gestor do Fundo, por que os bancos não repassaram todos os dados referentes ao FGTS dos trabalhadores?

Toméi conhecimento que a Caixa cobrou dos bancos a entrega do relatório, mas sem fazer pressão. Nós, trabalhadores, temos o direito de saber qual o valor a ser creditado ou a receber. Com a palavra os sindicatos, o Governo, a Caixa...

— Carlos Alberto Gonçalves

Mão 6

> Dia do Cartógrafo
> Dia da Defesa do Consumidor

Veneza brasileira

Em Santos, basta chover poucos minutos e várias ruas da nossa cidade se transformam em canais que parecem mais os da cidade de Veneza.

Esses alagamentos trazem diversos prejuízos materiais e danos seríssimos, que sacrificam pessoas, vítimas de descaso do poder público municipal.

A maior causa desse desconforto e perigo é a falta de limpeza das galerias e a insuficiente varrição, que a empresa contratada não vem realizando com eficiência.

É necessário que o contrato de coleta e destinação final do lixo seja cumprido integralmente, o que pode ser conseguido com a participação popular vigilando o que acontece nas ruas e praças de Santos, pois a Prefeitura, fiscal do contrato, já demonstrou ser incapaz de levar a frente a obrigação que lhe cabe.

— Marcelo De Ocho Almanul



O jogo pioneiro

O mérito de ter marcado o primeiro gol na verdadeira história do Santos FC cabe a Anacleto Ferramenta da Silva. Não sendo ele o fundador do clube essa honra estranhamente lhe é negada. Esse gol, relegado ao esquecimento pelos historiadores do clube, aconteceu em partida disputada no primeiro campo do Santos, na então Vila Maucou, hoje parte da Vila Mathias, nas proximidades do cais santista.

Essa partida, que em breve completará 90 anos, aconteceu em 23 de junho de 1912. O campo da Vila Maucou foi alugado antes mesmo de o clube ser fundado e o Santos mandou inúmeros jogos até a Vila Belmiro ser inaugurada em 12 de outubro de 1916. O adversário foi um "combinado" local formado por ex-jogadores de uma agremiação de nome Santos FC que existiu na Cidade no período de 1909 a 1910.

Esse histórico jogo foi vencido pelo neófito time santista pelo placar de 2 a 1 e os tentos do alvinegro foram marcados por Anacleto Ferramenta e Geraulo Moreira Ribeiro (fundador do clube) e para o "combinado" marcou Picuru.

Agostinho Marba, que tinha o apelido de "Pintancla" e era fundador do Santos, jogou essa partida pelo "combinado". No ano seguinte passou a fazer parte do time santista. A sede do Santos na ocasião localizava-se no Largo do Rosário, 14 e era carinhosamente chamada de "Pombal".

Ainda em 1912 disputou o SFC mais dois jogos, ambos em um campo na Avenida Ana Costa, 22, local hoje do Edifício Faria Center — o primeiro foi contra o Santos AC, vencido por 3 a 2, e Adolpho Milton Jr. e o segundo, contra um scratch inglês, e foi ganho por 1 a 0, gol assinado por Raymundo Marques, o verdadeiro

fundador do clube alvinegro. Todos esses dados relativos ao jogo pioneiro foram divulgados pela imprensa local na época, portanto são verídicos e autênticos e fazem parte da história real do alvinegro mais famoso do mundo.

— Guilherme Gomez Guairhe

O time do Santos FC está atravessando uma das piores fases de sua trajetória, sendo alvo de ironias e gozação por boa parte de jornalistas e radialistas de São Paulo.

Mas a gente fica pensando, será que eles não têm razão?

Com o time do Santos parado vimos, pela TV, o jovem centroavante, que não serviu para o Santos, Weldon, marcar um gol pelo Brásiliense. E o pior, vimos o Deivid marcar dois gols pelo Corinthians.

Esse jogador estava aqui no Santos num crescente. Será que ninguém viu seu potencial?

O Parreira, quando técnico do Santos, percebeu que ele tinha futuro, mas os "técnicos" do Santos não viram nada. E como fica? Um jogador do Santos vai para o arquibancado de graça? Onde está o Departamento Jurídico que não dá esclarecimento? Não queremos saber do Fumaçali, mas o Deivid poderia ser um jogador do nível do Giovanni. Quando for convocado para a Seleção Brasileira ou vendido para o Exterior, aí vai cair a ficha de algum diretor.

Se o Santos tem 50% do passe como fica? Essa administração precisa de transparência.

— Reginaldo Ostro de Mattos

Verdade ou mentira

Agora as administrações municipais da Baixada Santista acharam mais um meio de arrecadação, além das CET. São os concursos públicos para os quadros funcionais. Milhares de pessoas são atraídas pela oferta do emprego e pagam valores altos para se inscrever e habilitar-se às provas.

Os prefeitos deveriam ter mais respeito por essas pessoas; a taxa cobrada é muito elevada e pode fazer falta, principalmente para quem está desempregado.

Se querem fazer um trabalho sério que não se cobrem nenhum valor, para não deixar dúvidas ao município quanto à lisura de tais concursos.

— João Carlos Soares Nunes

INSS

É motivo de satisfação ver funcionários atenciosos, dedicados e prestativos como o sr. Flávio (Procurador) e sra. Ivone (Gerência), do INSS, no envolvimento de um processo meu, parado há mais de um ano.

Rogo a Deus que dê a essas pessoas saúde e felicidade no transcorrer de suas vidas.

— Antonio Carlos Albuquerque Lima

Aviso

As cartas à Tribuna do Leitor devem ser encaminhadas para a Redação de A Tribuna: Rua João Pessoa, 129 - 3º andar - Centro, ou para e-mail leitor@atribuna.com.br, contendo nome, número do RG, endereço completo e número de telefone. Os textos (obrigatoriamente assinados), serão selecionados a critério da Redação, podendo ser publicados no todo ou em parte.

E-mail: leitor@atribuna.com.br

Tribuna Livre

Marcus de Rosis (*)

O preço da independência

Colaborador

O preço da independência é caro. Que o diga o diplomata brasileiro José Maurício Bustani, destituído da direção da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq) por pressão do governo norte-americano junto a vários países membros na reunião extraordinária da entidade ocorrida em Haia, na Holanda. A manobra foi rápida para afastar Bustani, um brilhante diplomata, cujo único "erro" foi ter feito em ser independente, não se sujeitando a pressões ou instruções de um país em particular. O "gran de irmão do Norte" acusava o embaixador brasileiro de "mal gastar" frente ao órgão e de dificultar as ações dos Estados Unidos na busca de armas químicas contra o Iraque. Criada em 1997 e formada por 115 países, a Opaq tem como finalidade vigiar e vistoriar os arsenais de armas químicas, bem como planejar a destruição desses estoques num prazo de 10 anos a partir de 1997.

Há dois meses o governo de Washington vinha pressionando Bustani para que ele renunciasse, alegando que o brasileiro "traíra" a confiança dos EUA, além do que o diplomata brasileiro teria ameaçado outros cinco países com inspeções com fins políticos. Numa primeira reunião os americanos tentaram votar uma moção de desconfiança no Conselho Executivo da Opaq, para destituí-lo. A moção foi rejeitada, não porque não houve quórum suficiente para a votação (Bustani permaneceu no cargo, contando inclusive com o apoio do Conselho Executivo do órgão). Os americanos não desistiram e jogaram duro. A queda de braço se consumou com uma reunião extraordinária convocada pelos EUA, na qual 48 países (por influência americana) apoiaram sua saída. 7 contra 48 países, mais ou menos a maioria da América Latina e mais a França, que não seguiu a tendência da União Europeia.

Curioso é que José Maurício Bustani foi o primeiro diretor-geral da Opaq e, depois de uma brilhante gestão, foi reconduzido ao cargo em maio de 2000, com um ano de antecedência, inclusive com a anuência dos próprios Estados Unidos. Nascido em Rondônia, formado em Direito no Rio de Janeiro, o diplomata de 56 anos, que nas horas vagas toca piano, iniciou sua carreira de embaixador



em 1995, chegando a servir em Moscou, Viena, Nova Iorque, Montreal e Montreal. "Fui trucidado politicamente", afirmou o brasileiro ao saber de "que a democracia maioria dos países não mais dá destituição".

Bustani caiu na verdade por ter personalidade forte e não vender as grandes potências. Como chefe da Opaq era seu dever obedecer às regras da convenção, que são claras e não discriminatórias. Ele teve a sensibilidade de incluir na lista dos países fiscalizados o arsenal norte-americano com 30 mil toneladas de arsênio irônico. Isso irritou o governo Bush e setores do Pentágono, que se somaram à demissão de Bustani, que, ao inspeção do Iraque, verbalizou a intenção de reduzir todos os problemas do mundo a uma luta contra o terrorismo. Que bom seria se a diplomacia estadunidense se concentrasse no conflito árabe-israelense e não de fazer visitas grossas, se interessasse por uma solução em benefício de um Estado palestino, seguro e com fronteiras definidas. Por tudo isso, a destituição de Bustani não foi surpresa, que nos dá uma lição de Direção Internacional: a de que na prática a maioria das vezes "quem pedala chora menos".

A situação é predorescente, já que abre um sério precedente no tocante à independência de outros órgãos internacionais. O que se pode esperar de agora em

adiante? O episódio prova (uma vez que a hegemonia norte-americana sempre acaba prevalecendo sobre os organismos internacionais) e na influência sobre a maioria dos países pelo mais dos seus convênios que se possa fazer destituição do brasileiro apenas a título de parcialidade com que a "democracia americana" interpreta o mundo face a seus interesses próprios. É como se os demais países fossem satélites orbitando ao redor das conveniências do plano norte-americano.

Em 11 de setembro parece que deu mais corações a se temer, a ponto das nações sentirem ameaçadas por uma política externa americana simplista, que tenta reduzir todos os problemas do mundo a uma luta contra o terrorismo. Que bom seria se a diplomacia estadunidense se concentrasse no conflito árabe-israelense e não de fazer visitas grossas, se interessasse por uma solução em benefício de um Estado palestino, seguro e com fronteiras definidas. Por tudo isso, a destituição de Bustani não foi surpresa, que nos dá uma lição de Direção Internacional: a de que na prática a maioria das vezes "quem pedala chora menos".

(*) Marcus de Rosis é secretário de Esportes de Santos e filiado ao PTB.

Bustani caiu por não se render às pressões dos EUA

Colaborador

Tenho lido reclamações de leitores de A Tribuna, com relação à não emissão da carteira emitida por uma universidade para efeito de concessão de descontos a estudantes e vou tentar aqui esclarecer o motivo.

Cabe esclarecer que a chamada meia entrada é assegurada por lei apenas aos portadores da carteira de identificação estudantil (CIF) da UNE.

No ano passado o Governo Federal editou medida provisória, permitindo às universidades emitir uma carteira para identificação de seus estudantes utilizando-se da expressão "para efeito de eventuais descontos". Em momento algum a releitura MP fala em meia entrada, ou decline a porcentagem dos descontos.

O mesmo vale para os menores de 18 anos. Como a MP fala em "eventuais descontos", a rigor não há que se falar na obrigatoriedade de se conceder desconto a quem porta carteira de identificação emitida por uma faculdade. Por isso que muitos empresários, bem assessorados, não acatam tal documento, porque não são obrigados a conceder desconto nenhum.

A carteira da UNE é a única que garante os 50%

de estudante. Diante de um condicame de carteiras falsificadas, os empresários acabaram se unindo e recusando-se a conceder o desconto. Na prática, a meia entrada para todos acabou sendo meia entrada para ninguém.

Hoje, além do controle que é feito para a emissão da carteira, as entidades gerais como CES, UEPSP e UNE são dotadas de departamentos jurídicos que promovem ações judiciais con-

Ponto de vista

Dave Lima Prada (*)

Desconto para estudantes

Colaborador

A lei estadual 7.844/92 é a única que garante efetivamente o desconto de 50% aos estudantes portadores da CIF — Carteira de Identificação Estudantil emitida pela UNE, e aqui no regido pelo CES — Centro dos Estudantes de Santos.

Há que se frisar que a CIE da UNE tem vários dispositivos de segurança que inibem a falsificação da carteira, o que nem sempre acontece com algumas instituições de ensino que não tem essa preocupação.

Na década de 80 houve fato semelhante, quando o Governo Hibernou para que qualquer um emittisse a CIE. O que ocorreu na época foi que em todos os lugares haviam CIEs à venda, já que emittia-se a carteira até em papelão e sem necessidade de comprovação da condição de estudante. Diante de um condicame de carteiras falsificadas, os empresários acabaram se unindo e recusando-se a conceder o desconto. Na prática, a meia entrada para todos acabou sendo meia entrada para ninguém.

Hoje, além do controle que é feito para a emissão da carteira, as entidades gerais como CES, UEPSP e UNE são dotadas de departamentos jurídicos que promovem ações judiciais con-

tra os empresários que tentam burlar a lei e não conceder o desconto aos estudantes portadores da carteira da UNE.

Só na Baixada Santista já foram interceptados pelo Centro Estudantes de Santos Mythos, Avellino's, Cachá-Ba, Internet Bar, Maré Dan, Associação Atlética Portuária de Santos e City Hall, pela concessão do desconto aos estudantes. Em todas as ações legais a meia entrada aos estudantes. Os únicos processos em curso são contra a Maré do Bar Cachá e Brasil, onde o CES conseguiu liminar, obrigando-os a conceder o desconto de 50% aos portadores da carteira da UNE.

Como exposto, a carteira universitária, além de não ter uma legislação clara que obrigue comerciante a conceder o desconto, não coloca à disposição de alunos um funcionário para esclarecer e tomar providências. O leitor conhece algum?

É preciso esclarecer que o contrário do que tem sido dito por alguns funcionários de entidades mal informados, não pensar em mal-fé, a carteira da UNE continua existindo sendo emitida, e é a única com uma legislação clara que obriga os comerciantes e empresários a concederem a meia entrada.

(*) Dave Lima Prada é advogado na área de Direito do Consumidor e do Comércio Exterior.

ATRIBUNA

"A Tribuna" de Santos Jornal de Notícias Ltda.

Redação: Rua João Pessoa, 129 - 3º andar - CEP: 13011-900 - CP 115 - Tel: (13) 3211-7000 - Fax: (13) 3211-7208

Comercial: Rua João Pessoa, 129 - 3º andar - CEP: 13011-909 - CP 115 - Tel: (13) 3211-7100 - Fax: (13) 3211-7470

Assinaturas: Rua Carlos Gomes, 304A - CP: 13010-500 - CP 115 - Tel: (13) 3211-7000 - Fax: (13) 3211-4204

Sucursais e Representantes:

São Paulo - R. da Constituição 331 - 10 andar - CEP: 01301-905 - Tel: (11) 3257-1214/0257-1405 - Fax: (11) 3259-9181 - E-mail: sucursal@atribuna.com.br

Rio de Janeiro - Representante Comercial - Rua Beneditinos, 118 - sala 104 - CEP: 20091-050 - Tel: (21) 2523-9250 - Web: (11) 2726-4454 - E-mail: sucursalarj@atribuna.com.br

Brasília - Representante Comercial - CONSULTA Consultoria e Comunicação Ltda. - SAVS 08 709 - Conj. D - Centro Empresarial Brasiliense - B. Lúcia - CEP: 70.340-907 - Tel: (61) 229-6493/22-1327/014-1142 - Fax: (61) 225-6480 - E-mail: consultab@atribuna.com.br

Rio Grande do Sul - Representante Comercial - CERCION - Viçosa de Comunicação Ltda. - Rua Cal. Gomes Carneiro, 917 - Ponta Alegre/RS - CEP: 91200-310 - Tel: (51) 235-3272 - Fax: (51) 232-8532 - E-mail: concs@atribuna.com.br

O representante nacional e regional de A Tribuna é a imprensa para Agência de Notícias do Brasil (ANB) Agência Esportiva (AE), Agência Ombú, suportes e correspondentes e redação internacional para Agência Notícias e Famosa Press.

Assinaturas novas

Parcelada	
A vista	14,00 (10 parcelas)
Anual	390,00 - 577,00
Semestral	180,00 - 242,00
Trimestral	90,00 - 121,00

Assinaturas Final de semana (Sábados e Domingos)

Parcelada	
2ª e 4ª	R\$ 15,00
3ª e 5ª	R\$ 12,50

Assinaturas Comerciais

2ª e 4ª	R\$ 23,00
3ª e 5ª	R\$ 20,00

Assinaturas novas, atendimento aos assinantes e renovações (13) 3211-7200

Classificação (13) 3211-7222

(Núcleos Classificados por telêfones)